



FERRAMENTAS DE GESTÃO FINANCEIRA PARA EMPREENDEDORES DE PEQUENO PORTE: UMA REFLEXÃO TEÓRICA COM BASE NA CONTABILIDADE

FINANCIAL MANAGEMENT TOOLS FOR SMALL
ENTREPRENEURS: A THEORETICAL REFLECTION
BASED ON ACCOUNTING

Fernando Ramos Lengler

Tatiane Vieira Martins

RESUMO

O presente estudo aborda inicialmente as pequenas empresas tratando da questão de sua definição e classificação no Brasil. Cada vez mais é evidente que as organizações precisam estar preparadas para enfrentar um mercado altamente competitivo. Logo esta pesquisa busca identificar e encontrar na contabilidade as ferramentas de auxílio ao processo decisório, para que seja possível fazer uma avaliação das demonstrações atuais, analisar o presente e projetar o futuro, ajudando os empreendedores por meio de planejamento traçar suas metas e objetivos, visando sempre o melhor aproveitamento dos recursos e esforços utilizados em prol da continuidade gerencial. Ao longo do trabalho, constata-se que a Contabilidade e suas Ferramentas Gerenciais como: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício, Plano de Contas e Fluxo de Caixa, contribuem positivamente nas tomadas de decisões para os melhores resultados nas pequenas empresas.

Palavras-chave: Gestão Financeira. Ferramentas de Gestão. Empreendedorismo. Processo decisório. Contabilidade.

ABSTRACT

The present study initially addresses small companies dealing with the issue of their definition and classification in Brazil. Increasingly it is clear that organizations need to be prepared to face a highly competitive market. Therefore, this research seeks to identify and find in accounting the tools to aid the decision-making process, so that it is possible to make an evaluation of the current statements, analyze the present and project the future, helping the entrepreneurs through the planning of their goals and objectives, aiming at The best use of the resources and efforts used for the continuity of management. Throughout the work, it can be seen that Accounting and its Management Tools such as: Balance Sheet, Income Statement, Accounts Plan and Cash Flow, contribute positively to decision making for the best results in small companies.

Keywords: Financial Management. Management Tools. Entrepreneurship. Decision-making. Accounting.

Correspondência/Contato

UniBrasil - Centro Universitário Autônomo do Brasil
Rua Konrad Adenauer, 442 - Tarumã - Curitiba - PR -
82821-020

cademosdenegocios@unibrasil.com.br
<http://revistas.unibrasil.com.br/cademosnegocios/>

Editor responsável

Claudio Marlus Skora
claudio.skora@unibrasil.com.br

1 INTRODUÇÃO

O trabalho busca apresentar as ferramentas que a contabilidade disponibiliza como auxílio na tomada de decisão na Gestão Financeira de pequenas empresas. Essas ferramentas são importantes na área administrativa, uma vez que essa área possui carências de informações específicas e de controle. O estudo aborda e define o que são as micro e pequenas empresas no Brasil e irá mostrar o auxílio que a contabilidade presta para a tomada de decisão, amparando o empresário ou gestor com suas ferramentas gerenciais, mostrando o presente e planejando o futuro.

A pesquisa, apresenta as ferramentas construídas com base na Ciência Contábil sob seu aspecto gerencial, adaptadas de maneira a atender a gestão financeira das pequenas empresas.

No desenvolvimento do trabalho, verifica-se que a Contabilidade Gerencial pode obter informações presentes e futuras com resultados positivos para o sucesso da pequena empresa. Contudo para viabilizar sua implantação e compreensão por parte dos empreendedores é indispensável a adaptação de alguns instrumentos contábeis como: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Plano de Contas e Fluxo de Caixa.

Diante do problema apresentado, questiona-se quais os benefícios do uso das ferramentas da contabilidade como auxílio na tomada de decisão nas empresas de pequeno porte do comércio enquadradas no Simples Nacional. A pesquisa então entende as características e peculiaridades das empresas enquadradas no Simples Nacional e compreende as vantagens e benefícios da utilização das ferramentas de gestão financeira e analisar os resultados obtidos.

O artigo foi desenvolvido sob a forma de trabalho de uma reflexão teórica, um artigo científico original, com uma pesquisa descritiva feita em fontes bibliográficas diversas e qualificadas, apresentando conceitos relevantes com relação ao âmbito discutido e apresentando as ferramentas da contabilidade que auxiliam nas tomadas de decisão das pequenas empresas em geral.

2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta sessão são conceituados Micro e Pequenas Empresas, Simples Nacional e em seguida apresentadas as Ferramentas Contábeis que auxiliam o empreendedor na análise da empresa.

2.1 Micro e pequenas empresas

O Brasil não possui uma definição específica para Micro e Pequenas Empresas, mas sim uma Lei que protege os pequenos negócios:

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi instituída em 2006 para regulamentar o disposto na Constituição Brasileira, que prevê o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e à empresa de pequeno porte (SEBRAE, 2015).

Foi constituído através da Lei Geral o regime tributário específico para os pequenos negócios, unificando os tributos e contribuições, e simplificando os processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional. Esta Lei também prevê benefícios para as pequenas empresas em muitos aspectos do dia a dia, como a simplificação e desburocratização, as facilidades para acesso ao mercado, ao crédito e à justiça, o estímulo à inovação e à exportação.

O critério utilizado para enquadramento de micro e pequena empresa é a receita bruta anual:

A microempresa será a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Se a receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, a sociedade será enquadrada como empresa de pequeno porte. Estes valores referem-se a receitas obtidas no mercado nacional. A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receitas de exportação, até o limite de R\$ 3.600.000,00 (SEBRAE, 2015).

2.2 Simples nacional

De acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB), o órgão competente, ao Simples Nacional, define-se:

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos Estados e do Distrito Federal e dois dos Municípios (BRASIL, 2015).

A empresa que deseja enquadrar-se no Simples Nacional deve obedecer alguns critérios a seguir:

- a) enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte;

- b) cumprir os requisitos previstos na legislação; e
- c) formalizar a opção pelo Simples Nacional.

O Regime do Simples Nacional apresenta características distintas, de acordo com o listado a seguir:

- a) ser facultativo;
- b) ser irrevogável para todo o ano-calendário;
- c) abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP);
- d) recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação - DAS;
- e) disponibilização às ME/EPP de sistema eletrônico para a realização do cálculo do valor mensal devido, geração do DAS e, a partir de janeiro de 2012, para constituição do crédito tributário;
- f) apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais;
- g) prazo para recolhimento do DAS até o dia 20 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;
- h) possibilidade de os Estados adotarem sublimites para EPP em função da respectiva participação no PIB. Os estabelecimentos localizados nesses Estados cuja receita bruta total extrapolar o respectivo sublimite deverão recolher o ICMS e o ISS diretamente ao Estado ou ao Município.

2.3 Ferramentas da contabilidade gerencial

A contabilidade gerencial pode ser definida como a análise de informações econômicas e financeiras que auxiliam a administração nas tomadas de decisões.

Segundo Padovese (2009), a Contabilidade apenas poderá ser considerada gerencial quando fornece ferramentas administrativas.

A Contabilidade Gerencial é considerada um ramo da Contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas no auxílio de suas funções gerenciais, voltadas à melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial (CREPALDI, 2007).

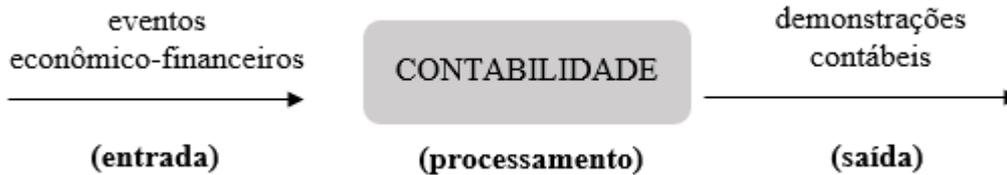
Marion (2008, p.23) define a contabilidade:

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os

monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Para maior compreensão é possível visualizar na ilustração a seguir:

FIGURA 1: FLUXO DE ENTRADA, PROCESSAMENTO E SAÍDA DA CONTABILIDADE.



FONTE: Adaptado de Marion (2008).

Neste sentido a contabilidade gerencial tem como ponto de vista o fornecimento de informações para os administradores, ou seja, uma ferramenta para a administração, ela é uma coleta de todos os dados econômico-financeiros que são retirados dos registros contábeis, gerando um produto final, as Demonstrações Contábeis ou Demonstrações Financeiras.

2.3.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial tem como objetivo informar a posição patrimonial e financeira de uma empresa em um momento específico. Consiste na relação dos ativos (bens e direitos), passivo (obrigações) e patrimônio líquido (diferença entre ativo e passivo). Sua estrutura básica é balanceada pela seguinte equação: $ATIVO - PASSIVO = PATRIMÔNIO LÍQUIDO$.

O Balanço Patrimonial é dividido em duas colunas: a do lado esquerdo é denominada Ativo, a do lado direito, Passivo. O correto é denominar a segunda coluna como Passivo e Patrimônio Líquido (MARION, 2008).

QUADRO 1: ESTRUTURA BÁSICA DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	PASSIVO
	PL

FONTE: Adaptado de Marion (2006, p. 42).

Marion (2008, p.52) traduz “Balanço Patrimonial como sendo o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada”.

Nas palavras de Ross *et al* (2000, p.56):

O balanço patrimonial é um retrato da empresa. É uma maneira conveniente de organizar e resumir o que a empresa possui (seus ativos), o que a empresa

deve (suas dívidas e obrigações), e a diferença entre os dois (patrimônio líquido da empresa), num dado momento.

Marion (2009) completa “ativo são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensuráveis monetariamente que representam benefícios presentes ou futuros da empresa [...] e passivo como lado das dívidas e obrigações”.

2.3.2 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração de Resultado do Exercício evidencia o resumo das receitas e despesas da empresa em determinado período.

$$\begin{array}{r} \text{Receita} \\ (-) \text{ Despesa} \\ \hline \text{Lucro ou Prejuízo} \end{array}$$

A estrutura da DRE está prevista no artigo 187 da Lei 6.404/76, ela deve ser dedutiva e descrita da forma a seguir:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
 - II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
 - III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
 - IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais e o saldo da conta de correção monetária (artigo 185, § 3º);
 - IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais; (Redação dada pela Lei nº 9.249, de 1995)
 - IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)
 - IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
 - VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;
 - VI - as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
 - VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)
 - VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.
- § 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

§ 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrados como reserva de reavaliação (artigo 182,

§ 3º), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.

§ 2o (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007) (Revogado pela Lei nº 11.638, de 2007)

A demonstração do resultado evidencia os dados básicos e essenciais à análise da informação do resultado de um determinado período. Por isso, ela deve ser estruturada de modo a atender as legislações: societária, tributária e corporativa. Sendo assim, pode ser definida como a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa durante um período, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período (GONÇALVES; BAPTISTA, 1996).

A DRE demonstra o resultado que a empresa obteve num determinado período com o desenvolvimento de sua atividade, ou seja, mostra a receita e as despesas daquele período gerando um resultado líquido (lucro ou prejuízo). É um instrumento ajudando na tomada de decisão, pois de forma detalhada ajuda a verificar quanto foi gasto e arrecadado com os esforços da empresa, direcionando se ela está no caminho certo.

2.3.3 Plano de Contas

De acordo com Sá (2004, pg. 22), plano de contas é “uma peça técnica contábil que estabelece previamente a conduta a ser adotada na escrituração, através da exposição das contas em seus títulos e funções, agrupamentos, análises, derivações, dilatações e reduções”.

Corroborando com Sá, Crepaldi (2003, pg. 70) relata:

Plano de contas é um conjunto de determinadas contas em função do ramo de atividade e porte de cada empresa. Nele são representadas as contas títulos e descrição de cada uma, bem como os regulamentos e convenções que regem o uso do plano e de suas contas integrantes do sistema contábil da entidade, tendo como finalidade servir de guia para o registro e a demonstração dos fatos contábeis.

Sendo assim o plano de contas pode ser considerado uma estrutura básica da escrituração contábil, composta por contas estabelecidas, que permite obter informações para a elaboração dos relatórios gerenciais e demonstrações, gerando uma fácil visualização na análise da empresa, e também pode ser definido segundo Padoveze (2002, pg. 185) como: “Uma técnica tradicional da contabilidade de ordenação das contas, de forma lógica e estruturada, para melhor compreensão do conjunto patrimonial sistematização do trabalho contábil”.

Abaixo um modelo simplificado conforme Resolução CFC N.º 1.418/12 de um plano de contas com 4 níveis:

QUADRO 2: PLANO DE CONTAS SIMPLIFICADO

1 ATIVO	2 PASSIVO
1.1 ATIVO CIRCULANTE	2.1 PASSIVO CIRCULANTE
1.1.1 Disponível	2.1.1 Obrigações Sociais e Fiscais
1.1.2 Contas a Receber	2.1.2 Contas a Pagar
1.1.3 Estoques	2.1.3 Lucros a Distribuir
1.1.4 Outros Créditos	2.1.4 Empréstimos Bancários
1.1.5 Despesas do Exercício Seguinte	2.1.5 Outras Contas a Pagar
1.2 ATIVO NAO CIRCULANTE	2.2 PASSIVO NAO CIRCULANTE
1.2.1 Contas a Receber	2.2.1 Empréstimos Bancários
1.2.2 Investimentos	
1.2.3 Imobilizado	2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1.2.4 Intangível	2.3.1 Capital Social
1.2.4.01 Marcas	2.3.1 Reservas
1.2.4.02 (-) Amortização Acumulada	2.3.2 Lucros ou Prejuízos Acumulados
	3 CUSTOS E DESPESAS
	3.1 Custos dos Produtos Vendidos
	3.1.1 Custos dos Materiais
	3.1.1.01 Custos dos Materiais Aplicados
	3.1.2 Custo de Mão-de-obra
	3.1.2.01 Salários
	3.1.2.02 Encargos
	3.2 Custos das Mercadorias Vendidas
	3.2.1 Custos das Mercadorias
	3.2.1 Custos das Mercadorias Vendidas
	3.3 Custos dos Serviços Prestados
	3.3.1 Custos dos Serviços
	3.3.1.01 Materiais Aplicados
	3.3.1.02 Mão-de-obra
	3.3.1.03 Encargos
	3.4 Despesas Operacionais
	3.4.1 Despesas Gerais
	3.4.1.01 Mão-de-obra
	3.4.1.02 Encargos
	3.4.1.03 Aluguéis
	3.5 Perdas de Capital
	3.5.1 Baixa de Bens do Ativos
	3.5.1.01 Custos de Alienação de Investimentos
	3.5.1.02 Custos de Alienação do Imobilizado
	4 RECEITAS
	4.1 Receita Líquida
	4.1.1 Receita Bruta de Vendas
	4.1.1.01 Receita de Mercadorias
	4.1.1.02 Receita de Produtos
	4.1.1.03 Receita de Serviços Prestados

	4.1.2 Deduções da Receita
	4.1.2.01 Devoluções
	4.1.2.02 Serviços Cancelados
	4.2 Outras Receitas Operacionais

FONTE: Adaptado através da Resolução CFC N.º 1.418/12

2.3.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Segundo Marion (2009, pg. 452) “a demonstração de fluxo de caixa (DFC) irá indicarnos o que ocorreu no período em termos de saída e entrada de dinheiro no Caixa e o resultado deste fluxo”.

A Demonstração de fluxo de Caixa é muito importante para a tomada de decisão, pois gera informações extremamente importantes sobre entrada e saída de valores. De acordo com a descrição de Ludícibus, Martins e Gelbcke (2006, pg. 398):

O objetivo primário da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as origens e aplicações de caixa, sendo um dado para avaliação da situação financeira da empresa, demonstrando sua capacidade de pagamento das obrigações (CARDOSO et al, 2013).

O caixa é fundamental para um bom funcionamento de qualquer empresa. Como o gestor ou empresário determina a administração dos fluxos de caixa é o caminho para o sucesso ou até mesmo o fracasso da organização. As pequenas empresas no Brasil não possuem o hábito de efetuar o acompanhamento do fluxo de caixa por não ser um Demonstração obrigatória, porém sem o fluxo de caixa fica difícil e até impossível de projetar e planejar financeiramente. Sem a projeção do fluxo a empresa não consegue saber antecipadamente quando precisará de um financiamento, agindo de forma impensada quando seu caixa estoura, muitas vezes levando ao insucesso financeiro.

QUADRO 3: DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

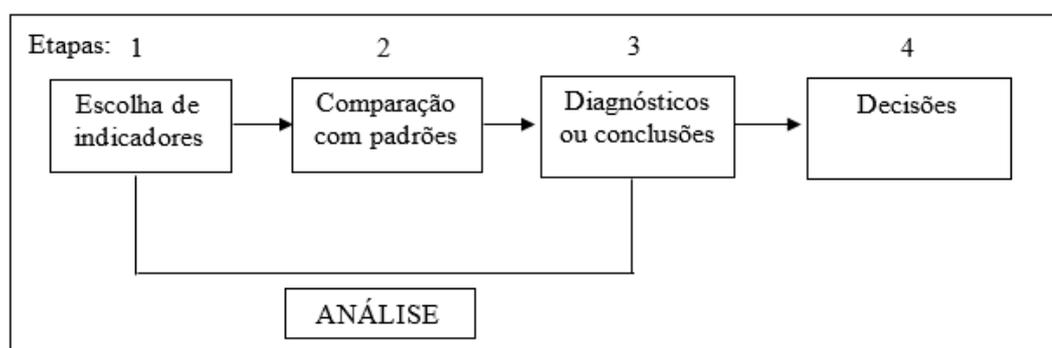
EMPRESA: _____			
PLANILHA DE FLUXO DE CAIXA			
PREVISÕES (R\$)			
	MES 1	MES 2	MES 3
ENTRADAS			
Previsão de recebimento de vendas			
Contas a receber - vendas já realizadas			
Outros recebimento			
TOTAL DAS ENTRADAS			
SAÍDAS			
Previsão pagamento compras			
Fornecedores			
Folha de Pagamento			
INSS a Recolher			
FGTS			
Aluguel			
TOTAL DAS SAÍDAS			
DEMONSTRATIVO DOS SALDOS			
1 (ENTRADAS - SAÍDAS)			
2 SALDO ANTERIOR			
3 SALDO ACUMULADO (1 - 2)			
4 NECESSIDADE EMPRÉSTIMO			
5 SALDO FINAL (3 + 4)			

FONTE: Adaptado Portal Sebrae (2015)

2.4 Análises das demonstrações contábeis

A análise das demonstrações baseia-se no processo decisório e raciocínio científico a seguir:

QUADRO 4: PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO



FONTE: Matarazzo (2010, pg. 7)

As etapas 1, 2, e 3 são indicadas a seguir exatamente na sequência apresentada por estarem perfeitamente coordenadas. Porém, cada uma delas se vale de técnicas próprias “Assim como o médico usa como seus indicadores a temperatura, pressão, pulsação, de seu paciente, ajudando na avaliação de sua conclusão, os índices financeiros ajudam a mostrar a real situação da empresa” (MATARAZO, 2010, pg. 7).

Gomes (2008) conceitua a análise dos indicadores e demonstrações financeiras, como sendo a ferramenta de principal avaliação para concessão de crédito. Ela tem como base o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e também a Demonstração do Fluxo de Caixa. Sendo assim, a aplicabilidade dos indicadores financeiros é extremamente importante para a tomada de decisão com mais segurança.

Matarazzo (2010) complementa afirmando que a análise dos índices permite conhecer a situação da empresa, tanto financeira quanto econômica. No primeiro momento analisa-se a situação financeira e após a situação econômica, no momento seguinte juntam-se as duas conclusões das análises.

“A análise de balanços tem como maior objetivo, extrair o máximo de informações, através da interpretação dos dados disponibilizados pelas demonstrações contábeis e financeiras, transformando-os em informações consistentes que sirva de base” (SCHIER, 2007, pg. 57).

A contabilidade tem a função de captar e constituir um banco de informações que resultam no balanço. As análises das demonstrações contábeis devem traduzir os dados obtidos aos usuários em relatórios de fácil compreensão.

2.4.1 Análise Vertical e Horizontal

2.4.1.1 Análise Vertical

O autor Padoveze (2003, pg. 429) denomina, em sua obra, a análise vertical como:

é a análise de participação percentual ou de estrutura dos elementos dos Demonstrativos contábeis. Assume-se, como 100% um determinado elemento patrimonial, que, em princípio, deve ser o mais importante, e se faz uma relação percentual de todos os demais elementos sobre ele.

A análise vertical é de extrema importância para avaliar o percentual de receitas e despesas, por exemplo na DRE, pois possibilita detectar seu percentual de endividamento, evidenciando o que mais influência na formação do lucro ou prejuízo (CARDOSO, 2013, pg. 189).

Iudícibus (2008, pg. 83) no mesmo seguimento comenta [...] “Este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua avaliação no tempo [...]”.

No exemplo abaixo criado pela autora observa-se como efetuar a análise vertical.

QUADRO 5: CALCULO ANÁLISE VERTICAL

Empresa ABC	31.12.14	2014	
Demonstração do Resultado do Exercício	R\$ milhares	AV%	Fórmula calculadora
Receita de Venda de Serviços	300.000	100%	$= 300.000 \div 300.00 \times 100$
Custo dos Serviços Vendidos	-70.000	23,33%	$= -70.000 \div 300.00 \times 100$
Resultado Bruto	230.000	76,67%	$= 230.000 \div 300.00 \times 100$
<i>Despesas e Receitas Operacionais</i>	-120.000	40%	$= -120.000 \div 300.00 \times 100$
Resultado Antes do Exercício Financeiro e dos Tributos	110.000	36,67%	$= 110.000 \div 300.00 \times 100$
Resultado Financeiro	-70.000	23,33%	$= -70.000 \div 300.00 \times 100$
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	40.000	13,33%	$= 40.000 \div 300.00 \times 100$
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.000	-5%	$= 15.000 \div 300.00 \times 100$
Lucro ou Prejuízo Consolidado do Período	25.000	8,33%	$= 25.000 \div 300.00 \times 100$

FONTE: Elaborado pela autora (2015)

No exemplo acima verifica-se que o Custos das Mercadorias Vendidas (CMV) corresponde a 23,33% da Receita, as Despesas líquidas das Receitas Operacionais correspondem a 40% da Receita, enquanto o Lucro Líquido corresponde a 8,33%, isto é, a empresa tem uma lucratividade líquida de 8,33% em 2014.

2.4.1.2 Análise Horizontal

Cardoso (2013, pg. 193) em sua definição sobre análise horizontal diz que:

Análise horizontal tem por finalidade verificar o comportamento do patrimônio e do resultado da entidade. É utilizada para avaliar a relação, ao longo do tempo, de cada conta das Demonstrações Contábeis entre, no mínimo, dois períodos. Os valores da Demonstração Contábil de data mais remota são tidos como base, enquanto os valores dos anos mais recentes são expressos em porcentagem, em relação ao valor do ano anterior.

Matarazzo (2010) no mesmo seguimento aponta o cálculo da análise horizontal como sendo uma variação de um ano para o outro, como mostra exemplo abaixo:

QUADRO 6: CÁLCULO ANÁLISE HORIZONTAL

	X1	X2	X3
Estoques	2.890.143	1.156.058	1.926.764

FONTE: Matarazzo (2010, pg. 174)

A análise será composta dos seguintes cálculos:

QUADRO 7: ANÁLISE HORIZONTAL

	X1	X2	X3
Estoques	100%	40%	67%

FONTE: Matarazzo (2010, pg. 175)

Desta forma Assaf Neto (1993, pg. 180) complementa “Dispondo-se dos valores absolutos em forma vertical, pode-se apurar facilmente a participação relativa de cada item em sua evolução do tempo”.

2.4.2 Análise por Indicadores

Cardoso (2013, pg. 201) sobre indicadores de liquidez diz: “De maneira geral, define-se que, quanto maior a liquidez, melhor será a situação financeira da empresa”.

2.4.2.1 Liquidez Geral (LG)

A Liquidez Geral é analisada conforme a cada Real (R\$) que se paga, o quanto existe no ativo circulante (AC) e Realizável a Longo Prazo (RLP) e a soma do Passivo Circulante (PC) com o Passivo Não Circulante (PNC) (ASSAF NETO, 1993).

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

Cardoso (2013, pg. 202) contempla: “Esse índice indica o quanto a empresa poderá dispor de recursos circulantes e de longo prazo para honrar todos os seus compromissos assumidos com terceiros”.

Demonstra a saúde financeira da empresa a longo prazo.

2.4.2.2 Liquidez Corrente (LC)

A liquidez corrente é um dos índices mais conhecidos para a análise do Balanço, ele mostra o quanto a empresa possui a curto prazo (1 ano), para quitar suas dívidas (CARDOSO, 2013).

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Marion (2002, pg. 90) traduz “A Liquidez Corrente mostra o quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de curto prazo”.

Este índice mostra a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo (1 ano).

2.4.2.3 Liquidez Seca (LS)

Parafraseando o autor Silva (2001) comenta que a essa liquidez mostra o quanto a empresa possui em suas disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo e duplicatas a receber para cobrir seu passivo circulante.

$$LS = \frac{AC - Estoques}{PC}$$

Gitman (2002, p. 110) contempla:

O índice de liquidez seca é semelhante ao índice de liquidez corrente, com a única diferença que exclui os estoques do ativo circulante da empresa, por ser o ativo de menor liquidez. A baixa liquidez dos estoques resulta normalmente de dois fatores básicos: (1) vários tipos de estoques não podem ser vendidos facilmente porque são itens parcialmente completados, itens obsoletos, itens para propósitos especiais e assim por diante; e (2) São itens tipicamente vendidos a crédito, o que significa que eles se tornam duplicatas a receber antes de ser convertidos em caixa.

Este índice, essencialmente, elimina o risco associado a incerteza da venda dos estoques.

2.4.3 Índices de Endividamento

Para Ludícibus e Marion (2011) estes índices mostram a posição do capital próprio em relação a capitais de terceiros, onde são subdivididos:

- a) Quociente de Participação de Capitais de Terceiros Sobre os Recursos Totais: expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais, também significa qual a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros.
- b) Quociente de Capitais de Terceiros/Capitais Próprios: representa de forma alternativa a dependência de recursos de terceiros.
- c) Quociente de Participação do Exigível a Curto Prazo sobre o Exigível total: indica a composição total de endividamento da empresa a longo prazo.

2.4.4 Índices de Rentabilidade

2.4.4.1 Rentabilidade do Patrimônio Líquido (ROE – Return On Equity)

O índice de rentabilidade está diretamente relacionado a situação econômica, ou seja, uma rentabilidade de um período que ela obteve em relação a um capital investido (Ludícibus e Marion 2011).

Calcula-se da seguinte forma:

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Matarazzo (2003, p.181) relata que “o papel do Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do capital próprio”.

2.4.4.2 Retorno sobre Investimento (ROI – Return On Investment)

Na visão de Kassai *et al* (2000, pg. 174), ROI é a “expressão mais simples de medida de retorno de investimento”. É estabelecida Lucro Operacional e o Investimento. É importante ressaltar que o lucro operacional “é oriundo somente das atividades normais de uma empresa, excluindo-se o montante dos encargos financeiros”.

Calcula-se da seguinte forma:

$$ROI = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Investimento}}$$

2.4.4.3 Retorno Sobre o Ativo (ROA – Return On Assets)

O autor Gitman (1997) demonstra que o ROA em uma empresa pode aumentar a sua rentabilidade através da melhoria da eficiência operacional ou no uso dos ativos:

$$ROA = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo Operacional (Valor Médio)}}$$

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida sob a forma de reflexão teórica e com caráter de uma pesquisa descritiva e teve como objetivo alcançar informações acerca do tema definido para estabelecer uma ordem lógica de raciocínio.

Todas as ciências caracterizam-se pelo emprego de métodos científicos. O método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com máxima segurança e economia, permite alcançar o objetivo – informações válidas e verdadeiras, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e ajudando as decisões (MARCONI e LAKATOS, 2007).

Infere-se do exposto que a pesquisa descritiva se configura como um estudo intermediário entra a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos (RAUPP E BEUREN, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido mostrou as ferramentas que a contabilidade disponibiliza para auxiliar o processo de análise, planejamento e controle, de pequenas empresas, sendo estas

fundamentais em uma organização que busca manter-se no mercado que atualmente está vulnerável e em constante mudança. A contabilidade quando utilizada para gerar informação torna-se de suma importância para o profissional empreendedor e área administrativa e financeira, já que consegue extrair os resultados obtidos e tomar uma decisão com base nos dados reais e apresentados no decorrer dos períodos de atuação.

Pode-se concluir que as empresas, principalmente de pequeno porte, precisam de um controle e acompanhamento mais assertivo e próximo, sendo este controle contínuo e em todas as operações. É evidente que as empresas, independente de ramo de atividade ou porte, carecem de acompanhamento no processo de gestão para manter-se no mercado, uma vez que os índices de mortalidade para novas empresas em até 3 anos a partir da abertura são de quase 50% (SEBRAE, 2015). O gestor possuindo um conhecimento devido e um sistema contábil que proporciona os dados através das ferramentas contábeis será um diferencial para chegar a uma decisão estratégica e um melhor resultado.

Esta reflexão não tem como objetivo esgotar o assunto e sim contribuir para futuras pesquisas relacionadas ao assunto. Conclui-se assim que a análise extraída das ferramentas da Contabilidade torna-se instrumento de suma importância para a tomada de decisão dos empreendedores, que buscam o melhor para a empresa contribuindo sempre para o crescimento da organização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Receita Federal do Brasil.** Disponível em <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>> Acesso em 28 Fev 2015.

_____. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7730.htm>. Acesso em: 08 Mar. 2015.

CARDOSO, Ricardo Lopes, et al (Cord.). **Contabilidade geral:** introdução a contabilidade societário e contabilidade gerencial. 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

SCHIER, C. U. C. **Controladoria como instrumento de gestão.** 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial, teoria e prática.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Curso de Contabilidade básica:** resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GOMES, Davi. Análise dos Principais Indicadores Financeiros. **Gestão de Risco: Consultoria em Gestão de Resultados.** 04/05.2008. Disponível em <<http://gestaoderisco.com/serie-an%E1lise-dos-principais-indicadores-financeiros>>. Acesso em 27 Fev 2015.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7ª ed. São Paulo: Harbra, 1997.

_____. **Princípios de Administração Financeira Essencial**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável as demais sociedades**. FIECAFI. 6. Ed. Ver. e atual. – 8. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; Marion, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª Ed. - 5ª Reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, Carlos José. **Contabilidade Empresarial**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Contabilidade Básica**. 8ª ed. – 3. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 15ª ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica gerencial**. 6ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Sistemas de informações contábeis: Fundamentos e Análise**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Controladoria Estratégica e Operacional: Conceitos, estrutura, aplicação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RAUPP, Fabiano Maury; Beuren, Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, Antônio Lopes de. **Plano de Contas**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas**. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-as-distin%C3%A7%C3%B5es-entre-microempresa,-pequena-empresa-e-MEI>> Acesso em 02 Mar 2015.

_____. **Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas.** Disponível em <<http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/uasf/gestao-financeira/ferramentas-de-apoio/0%20Fluxo%20de%20Caixa.pdf>> Acesso em 10 Mar 2015.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi - 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.